**A *ESCOLA AO AR LIVRE* EM MANAUS/AM: UMA EXPERIÊNCIA PARA AS CRIANÇAS SUBURBANAS EM 1919**

Profª Drª Pérsida da Silva Ribeiro Miki

Universidade Federal do Amazonas – persidamiki@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa faz parte da pesquisa de Doutorado sobre os jardins de infância no estado do Amazonas, fundamentada na história social e cultural. A *Escola ao ar livre* foi uma das experiências enquanto política educacional em 1919 que o estado amazonense assumiu, voltada para as crianças pobres que moravam em áreas suburbanas, da cidade de Manaus. Concebida diferentemente das experiências mundiais, de São Paulo e do Rio de Janeiro (onde essas escolas foram destinadas às crianças doentes), no Amazonas esse tipo de escola atendeu às necessidades do Estado para justificar os parcos investimentos nos bairros pobres da capital, como substituto dos jardins de infância.

**DESENVOLVIMENTO**

Na realidade amazonense, a *escola ao ar livre*, foi destinada ao ensino infantil das crianças pobres e suburbanas do bairro do Mocó. Por mais que hoje seja uma das áreas mais privilegiadas de Manaus, com o bairro Nossa Senhora das Graças, Adrianópolis e o Bolevard Álvaro Maia[[1]](#footnote-1), em 1919 o bairro do Mocó constituiu-se na periferia manauense, associado às peculiaridades da floresta amazônica, de temperaturas altas e áreas sujeitas a endemias, como a malária.

Contraditoriamente, a Vila Municipal (inaugurada em 01/01/1912), no bairro do Mocó, foi um projeto da municipalidade manauense do final do século XIX para início do século XX que teve a pretensão de abrigar a elite da cidade com um projeto urbanístico, aprovado pela Lei Municipal nº 218 de 30/05/1901, na administração do prefeito Arthur Araujo[[2]](#footnote-2), com as ruas denominadas conforme as capitais dos estados nordestinos, arborizadas, de traçados largos, com distribuição de água, iluminação elétrica (22/12/1911) e a linha de bondes – Vila Municipal no governo de Pedro de Alcantara Bacellar e prefeito Antonio Ayres de Almeida Freitas. (MENDONÇA, 2001-2004).

O esforço urbanístico do governo em benefício da capital parecida ter se esgotado com Eduardo Ribeiro. Manaus limitava-se ao Norte pelo Boulevard Amazonas (agora de Álvaro Maia) e o cemitério de São João Batista. A instalação da Vila Municipal visava expandir a cidade, convertendo aquele “espaço ermo e despovoado em um logradouro”, aprazível, dotado de moradias de elevado conforto e de bela aparência, e mais, dotado de infra-estrutura básica adequada a *belle époque* manauara. Nesse sentido, a Lei n.º 239, de 30 de novembro de 1901, regula a construção das residências. O obstáculo crucial, porém, constituía-se em atrair para acolá residentes endinheirados, para superá-los, primeiramente foram realizados o arruamento e o traçado das ruas pelo engenheiro Lopo Gonçalves Bastos Neto, secundado pelo colega Antônio Paiva e Melo. Seguidamente, por deliberação da Lei n.º 243, de 12 de dezembro de 1901, foram nomeadas as ruas e as avenidas, todas homenageando capitais nordestinas. (MENDONÇA, 2001-2004, p.1).

Os incentivos municipais fizeram parte do bairro do Mocó em que os terrenos foram aforados para os amigos dos governantes. Entretanto, os esforços para atrair a elite foram em vão e uma das poucas residências construídas foi a do *Castelinho*, à Rua São Luiz, do prefeito Adolpho Lisboa, na sua terceira administração de 1905 a 1907.[[3]](#footnote-3) (MENDONÇA, 2001-2004).

O bairro do Mocó, com o reservatório de água de Manaus, conhecido como reservatório do Mocó, ao lado do cemitério São João Batista, foi o local de hospedagem de Euclides da Cunha quando chegou ao Amazonas no fim do ano de 1904, onde teve como anfitrião o seu amigo da Academia Militar da Praia Vermelha, Alberto Rangel.

Rangel, depois que Euclides se libertou dos cumprimentos de bôas vindas de seus admiradores e amigos, levou o seu velho camarada para hospedar-se em seu alpendrado chalé, o “Vila Glicína”, perto do reservatório do Mocó, lugar ermo, silencioso e fresco, perto da mata virgem. [...] A temperatura estival, muito elevada, o irrita. Também os mosquitos “carapanãs” [...] E a febre o assalta por fim, escaldante, com tremores, delírios e visões estranhas. (LEÃO, 1966, p. 32-33).

Edinea Mascarenhas Dias (2007) explicitou que a criação de bairros periféricos ocorreu sem qualquer infraestrutura e foi uma forma de sobrevivência, dos trabalhadores e dos pobres, empurrados do centro para o subúrbio de Manaus, destoando da *belle epoque* manauara.

Os bairros de São Raimundo, Constantinópolis (Educandos), Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Mocó e Tocos, este o mais próximo da cidade, mas nem por isso isento de problemas, foram as alternativas da população pobre; os novos bairros que surgem diferenciam-se do “fausto” da cidade, não só pelo aspecto do terreno, pela forma de arruamento, fachadas das casas, pela distância em relação ao porto, às grandes casas comerciais (importadoras-exportadoras), ao mercado, aos hospitais, aos bancos, aos teatros, cinemas, etc., mas também pela distribuição desigual dos serviços urbanos. Esse era o lugar dos trabalhadores na nova cidade. (DIAS, 2007, p.124).

Em relação ao bairro do Mocó, ao que parece, houve uma intencionalidade municipal de tornar a área habitável para a elite manauense no início do século XX, com toda uma infraestrutura nos padrões da modernidade. No entanto, apesar dos terrenos serem concedidos pela prefeitura à elite de Manaus, não houve a ocupação esperada; talvez por conta da insalubridade do local e, mais adiante do *débâcle* gomífero. O espaço planejado para a elite tornou-se o subúrbio com as características de urbanização[[4]](#footnote-4), ou seja, amplas avenidas, praças arborizadas, reservatório de água, eletrificação pública e linha de bonde.

Assim, em Manaus, as áreas mais pobres foram divididas em subúrbios, compondo três distritos (Cachoeira Grande, Cachoeirinha e Mocó). Os quadros de assistência pública de julho e agosto de 1909 apresentaram uma variação entre os doentes medicados de 748 (Mocó), 672 (Cachoeirinha) e 809 (Cachoeira Grande), junto à quantidade de menores, a naturalidade, a dieta alimentar fornecida pelo Estado e a mortandade desses distritos.

Para o bairro do Mocó, as informações assistenciais constam no Quadro 1, referentes aos meses de julho a agosto, sob os cuidados do dr. Inspetor João C. Miranda Leão, onde constam: 748 doentes medicados e 02 falecidos. No quadro, além do tipo e quantidade de dieta fornecida à população doente, que era principalmente proveniente do Amazonas, em segundo lugar do Ceará, em terceiro do Rio Grande do Norte, em quarto, da Paraíba, depois Pernambuco e até de Portugal, havia o quantitativo de 215 menores, o que indica a possibilidade da existência de crianças, por mais que não haja uma especificidade quanto as idades dessa população.

 

 Quadro 1. Assistência Pública no bairro do Mocó.

 Fonte: AMAZONAS - Mensagem, 10/07/1910, p.130.

Diferente do bairro dos Remédios, o contingente populacional infantil do bairro do Mocó era expressivo, assim como a frequência em suas escolas isoladas. O governador Pedro de Alcantara Bacellar espantou-se com a situação da escola “Barão de Ladario”, localizada na praça São João – Mocó, em uma de suas visitas.

 [...] escolas havia, como a "Barão de Ladario", á praça de São João, no bairro do Mocó, a qual offerecia uma excessiva frequencia de alumnos, em numero de 67, por accasião de uma visita que lhe fiz. Esses alumnos, em numero tão avultado, estavam accumulados numa sala acanhada e impropria, acimentada e sem forro de tecto, e todos entregues ao encargo forçado e exhorbitante de uma unica Professora, que adoptara o alvitre de ir despachando os alumnos á medida que fossem leccionados, para admitir outros que viessem occupar as vagas daquelles. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.204-205).

Com a justificativa da precariedade encontrada no bairro do Mocó, a *escola ao ar livre* foi instalada em 24 de maio de 1919, em Manaus, dentro de uma política de reorganização das escolas isoladas da Vila Municipal e de reestruturação do Grupo Escolar “Antonio Bittencourt.” (AMAZONAS – Mensagem, 1919).

O Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” teve o seu endereço alterado do bairro dos Remédios (próximo ao Centro da cidade) para o bairro do Mocó, na Vila Municipal, em um prédio com quatro salas, devido à baixa frequência de alunos e à proximidade com o Grupo Escolar “Silverio Nery”.

Com a creação desses quatro grupos escolares procurou-se transferir um que se achava impropriamente installado – o “Antonio Bittencourt”, a cem passos talvez do “Silverio Nery”, e localizados ambos no bairro dos Remedios, cuja população escolar é reduzida, em relação ás de outras zonas da cidade. Ao passo que esses dois grupos escolares, na vizinhança um do outro, se faziam concorrencia, com minguada matricula e defficientissima frequencia. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.204).

O governador do Amazonas mudou, pela segunda vez, o local do Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” para um prédio que atendia às exigências da higiene, onde a escola “General Pinheiro Machado” foi anexada:

Com a acquisição de outro predio, mais amplo e hygienico, e dispondo de magnifica área em roda, convenientemente tratada e ajardinada, á pequena distancia do primeiro, foi para aquelle mudado o grupo “Antonio Bittencourt”, sendo-lhe anexada mais uma escola isolada, que lhe ficava proxima, a escola “General Pinheiro Machado.” (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.205).

Assim, a reestruturação foi realizada com o agrupamento das escolas isoladas da Vila Municipal e a criação de quatro grupos escolares, sendo que um desses foi instalado próximo à Praça Silverio Nery[[5]](#footnote-5). Foram, ainda, anexadas as escolas “Barão de Ladario” e “General Pinheiro Machado” ao Grupo Escolar “Antonio Bittencourt”.

Com esta ultima organização e installação mais conveniente, attingiu o grupo “Antonio Bittencourt” a um pé de prosperidade evidente, tornando-se um centro de utilidade real para aquella população infantil suburbana, que frequenta, assiduamente, numa media de 160 alumnos. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.205-206).

A imagem que se conseguiu do Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” foi uma fotografia no Relatório de Instrução Pública (1926-1929), de 1929. Essa condiz com o que expôs a Mensagem de 1919 e Duarte (2009) sobre a localização do grupo escolar, na praça São João, atual praça Santos Dumont onde é a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas.



Figura 1. Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” em 1928.

Matrícula 457 alumnos. Frequencia 178. Alumnos approvados 178.

Fonte: AMAZONAS – Relatorio de Instrucção Publica 1926-1929, 1929.

Em 1928, no Grupo Escolar “Antonio Bittencourt” tinha 457 alunos matriculados, com uma frequência de 178 e aprovação de 187, conforme demonstrado no Relatório de Instrução Pública, referente ao período de 1926 a 1929, na administração do presidente do Amazonas Ephigenio Salles, publicado em 1929.

As reformas do ensino pelo Regulamento Geral da Instrução Pública de 1918 e 1926 não constaram sobre a *escola ao ar livre*, como na Mensagem de 1919, do governador do estado do Amazonas Pedro de Alcantara Bacellar. No entanto, as bases de sua implantação estavam integradas aos cursos preliminares (jardins da infância), nas seguintes características: a existência junto aos grupos escolares ou de forma isolada; e o espaço de ensino ao ar livre, em jardins, praças e logradouros públicos[[6]](#footnote-6).

A *escola ao ar livre* foi destinada para atender a população infantil suburbana, diante da precariedade da população do bairro periférico do Mocó e dos parcos recursos do estado do Amazonas, por causa da crise mundial do pós I Guerra Mundial, criando uma dualidade no ensino infantil amazonense, pois para a população infantil tinha-se o jardim de infância e, no subúrbio, a *escola ao ar livre*. (AMAZONAS - Mensagem, 1919).

O governador do Amazonas, Pedro de Alcantara Bacellar, expressou que a criação desse gênero de escola era uma solução aos problemas dos jardins da infância e atendia aos requisitos da higiene.

Vem de molde falarvos deste genero de installações escolares, que representa uma das soluções mais progressistas de um dos serios problemas da hygiene escolar. Destinadas, primitivamente, ás creanças enfermas as *escolas ao ar livre* passaram depois a constituir um recurso valiosissimo ao ensino de quaesquer creanças, pelas condições hygienicas favoraveis que lhes offereciam, não só ao corpo, como ao espirito. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.206).

O governador Pedro Alcantara Bacellar ao tratar sobre as *escolas ao ar livre* referiu-se à concepção originária destinada às crianças doentes, inclusive com tuberculose. No Brasil, essa foi uma modalidade que atendeu à criança diferente ou anormal, que destoava aos padrões médicos e pedagógicos e servia como instituição preventiva e corretiva do ponto de vista sanitário, higiênico, pedagógico e didático à criança considerada fisicamente débil, neuropata, anêmica, com disfunções na adenoide, desnutrida e com doenças como a tuberculose. (MELLO, 1917; DALBEN, 2009; FERREIRA, 1925).

Dois intelectuais brasileiros difundiram as *escolas ao ar livre*, o dr. Balthazar Vieira de Melo, chefe da Inspeção Médica Escolar do Estado de São Paulo e o dr. Clemente Ferreira que publicou em 1925, no boletim nº 7, do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1922), o item *As Escolas ao ar livre na Luta Contra a Tuberculose Infantil*. Nascidos no ano de 1857, foram intelectuais que pertenceram a uma geração caracterizada pela racionalização da ciência, considerada como o pilar resolutivo de todos os problemas advindos da industrialização, e a organização administrativa do Estado, fundamentada no higienismo e na eugenia, do final do século XIX e início do século XX, em que cidades foram reformadas e tudo era considerado um custo para a sociedade: das doenças ao retardo mental à degeneração moral e social. (HOBSBAWM, 1988; KUHLMANN Jr., 2010).

Em comparação com as experiências existentes das *escolas ao ar livre*, a justificativa de criá-las no Amazonas ocorreu, com o governador Pedro de Alcantara Bacellar, primeiramente, pela sua finalidade, pois se serviam tão bem às crianças doentes e fracas, mal não fariam às crianças sadias, pelo contrário, para elas era o ideal estabelecido aos subúrbios de Manaus. (AMAZONAS – Mensagem, 1919).

Porque os requisitos de uma cuidada hygiene não são reclamados sómente para as creanças doentes; si são, altamente, vantajosas para estas, convenientes de todo ponto se tornam para as creanças em satisfactorias condições de saúde. Nem só devemos ter em vista as condições de bôa saúde com que os alumnos entrem na escola, mas também, e sobretudo, esforçarmo-nos para que, no tirocinio escolar, não se sacrifique o organismo daquelles seres ainda em desenvolvimento, e aliás na phase mais critica da evolução do seu crescimento. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.206-207).

O governador do Amazonas citou o inspetor escolar da capital federal dr. Fábio Luz[[7]](#footnote-7), no Primeiro Congresso Americano da Criança (Buenos Aires – Argentina), quando defendeu as *escolas ao ar livre* como alternativa aos gastos mensais de mais de mil contos com os prédios alugados às escolas que não atendiam aos requisitos higiênicos por serem impróprios e mal adaptados.

O Sr. Dr. Fabio Luz, inspector escolar na Capital Federal, numa memoria apresentada, ao Primeiro Congresso Americano da Creança, reunido em Buenos-ayres, mostra que mais de mil contos despende a Prefeitura do Disctricto Federal em alugueis de predios para escolas, quase todos improprios e mal adaptados, e opina pela installacção de escolas ao ar livre, como um recurso que satisfaz, ao mesmo tempo, ás conveniencias e ás exigencias da hygiene. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p. 207-208).

No ano da Mensagem (1919), o inspetor escolar Fábio Luz vinha do Primeiro Congresso Americano da Criança (1916) e produzira três anos antes (1913) o folheto *A Tuberculose do ponto de vista social*, onde fez uma campanha higiênica, denunciando as condições insalubres do trabalho operariado. Os temas abordados por Fábio Luz nesse período estão próximos a Clemente Ferreira que produziu sobre a tísica e as *escolas ao ar livre*, no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Criança em 1922. (AMAZONAS – Mensagem 1919; KUHLMANN Jr., 2001; 2002; LIBERA, 2008; FERREIRA, 1925).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância de 27/08 a 5/09 de 1922 foi realizado junto com o 3º Congresso Americano da Criança e a Exposição Nacional comemorativa do centenário da independência - 1922[[8]](#footnote-8). As ações em conjunto aconteceram por questões orçamentárias e de trâmites burocráticos do governo brasileiro que culminaram em um mega evento que discutiu sobre vários aspectos a criança. (KUHLMANN Jr., 2001; 2002).

Os cuidados com a infância tornam-se um aspecto a ser considerado nesse modelo de nação moderna, com suas políticas sociais e instituições. O CBPI tinha por objetivo *tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se refiram à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado*. A reunião revestia de caráter simbólico, ao se realizar durante a Exposição do Centenário da Independência, que celebrava a nação brasileira como parte do mundo ‘civilizado’. (KUHLMANN Jr., 2002, p.465).

Esses movimentos e ideias circulantes constituíram-se como um ápice no Brasil de uma fase anterior caracterizada pela elaboração de propostas e ações acerca da educação infantil. “Se até a década de 1920, no caso brasileiro, o período é de formulação de propostas e de iniciativas embrionárias, a partir daí as realizações em relação à infância ganham mais expressão e chegam às leis e à organização do Estado.” (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004, p.27).

Anterior ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, mas pertencente às ideias que circulavam acerca das políticas governamentais para a criança pequena, o governador do Amazonas justificou a implantação das *escolas ao ar livre*:

Instruindo por esses conselhos, installamos a primeira *escola ao ar livre*, assim que nos foi possivel dispôr de local proprio e convenientemente ajardinado. Fal-o-emos ainda assim por deante, sempre que disponhamos dos recursos indispensaveis para a devida apropriação do local, e como um recurso que nos amplie a insufficiencia dos predios escolares, ao mesmo tempo que proporcione bem estar ás creanças, principalmente de idade mais tenra, e para as quaes o regimen escolar deve ser mais cuidado, mais hygienico e mais attrahente. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.208).

 A defesa da *escola ao ar livre*,enquanto concepção econômica à educação das crianças da periferia de Manaus, configurou-se por uma construção que desonerava o Estado, com o modelo de pavilhão; esse já existia como proposta no Amazonas, porém com características diferentes. No final do século XIX, foi construído na forma de chalé no Gymnasio Amazonense, e em 1920 foi instalado nesse o jardim da infância, anexo ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco.” (AMAZONAS – Mensagem, 1898; 1920). No Regulamento Geral da Instrução Pública de 1914 - Dec. 1050 de 28/01/1914, art. 150, o pavilhão escolar foi atrelado às exigências da higiene e da economia orçamentária do estado. E, na década de 1930, tornou-se o modelo de construção para a política de implantação dos jardins de infância. (AMAZONAS – Relatorio do interventor federal do Amazonas, 1935).

Encontrou-se, no governo do Amazonas de Antonio Constantino Nery, para o ensino primário, a construção de prédios escolares desmontáveis que talvez sejam as primeiras referências dos pavilhões escolares, destinados ao bairro de Flores e da costa do Amatary[[9]](#footnote-9).

Mandei vir ainda dous predios desmontavéis, de madeira e ferro, os quaes foram armados, um em Flôres e o outro na costa do Amatary. De modelo muito elegante, têm a feição das habitações campestres e, si bons forem os resultados que delles se obtiverem, serão adoptados como typo das escolas dos suburbios da capital e do interior do Estado. (AMAZONAS – Mensagem, 1907, p.39).

Seja como adaptação ou como política de arquitetura moderna, que se diferenciava das construções suntuosas do império (ARRUDA, 2010), ao ensino dos jardins de infância, o pavilhão se constituiu em um modelo de baixo custo ao governo do Amazonas, assim como em relação às *escolas ao ar livre* no Rio de Janeiro e no “mundo civilizado” europeu.

A condição climática era um dos requisitos voltados à higiene, onde as aulas aconteciam ao ar livre, em jardins ou praças, ou nos prédios escolares, ou dentro dos pavilhões, usados no caso de mau tempo. Os locais ao ar livre deveriam ser arborizados para a proteção e o vento era uma condição importante para a renovação do ar. (MELLO, 1917; FERREIRA, 1925; DELBEN, 2009).

Quanto ás condições climatericas, não encontramos a minima contraindicação. Se a estação invernosa não contraindica, nos paizes frios, o funcionamento dessas escolas, segundo opinam notaveis auctoridades, muito menos duvida occorrerá entre nós, onde a vida ao ar livre é sempre mais tolerada, desde quando se disponha de área protegida por vegetação sombreadora, á excepção dos momentos e chuva, durante os quaes serão as creanças recolhidas ao indispensavel abrigo. (AMAZONAS – Mensagem, 1919, p.207).

O governador amazonense, nesse sentido, referia-se às experiências estrangeiras da *escola ao ar livre*, oriundas do início do século XX. A primeira *escola ao ar livre* na Europa foi criada na Alemanha, a escola de Wimpfen e, em seguida, a de Charlottengurgo, em 1904, "[...] pelos esforços do conhecido pediatra Baginski, que desde 1881 reclamava a sua creação." (MELLO, 1917, p.4).

O ano de 1907 pode ser considerado como o de expansão das *escolas ao ar livre* na Europa. Na Inglaterra criou-se a primeira escola florestal, escola em Bostall-Wood, de 8 hectares, próxima à estação de Abbey Wood. (FERREIRA, 1925).

Na França essa modalidade apareceu como "sanatórios-escolas" para que os meninos com tuberculose pudessem continuar estudando nas chamadas escolas abertas. As aulas eram ao ar livre, com exceção do tempo chuvoso onde todos eram abrigados em galpões cobertos com abertura pelos lados para a circulação de ar. (MELLO 1917; FERREIRA, 1925; DALBEN, 2009).

Na Itália as *escolas ao ar livre* foram conhecidas como peripatéticas ou ambulatoriais; a primeira em 1907, em Pádua, *Scuola all’aperto*, contou com o auxílio da Comissão de Socorros aos tuberculosos pobres. (MELLO 1917; FERREIRA, 1925). Nos anos de 1910 “[...] foram installadas outras em Brescia, Parma e S.Luca d'Albaro, onde 1913, foi fundada a primeira escola permanente á beira-mar; a seguir outras escolas foram installadas em Pavia, Terni, Bergamo, Florença, Livorno, Veneza e Milão.” (MELLO, 1917, p.5-6).

As *escolas ao ar livre*, dentro da sua concepção original, espalharam-se, fora dos países europeus, pelos EUA, Argentina e Uruguai. Em todas as experiências havia uma diminuição da carga curricular, um abrandamento da disciplina, a ausência dos castigos físicos, psicológicos ou morais, uma ênfase nos trabalhos manuais, exercícios de medições, as lições práticas de botânica, geologia e geografia, a sesta como indispensável e a alimentação variada. (MELLO, 1917; FERREIRA, 1925).

Entre os tipos[[10]](#footnote-10) de *escola ao ar livre*, talvez a que mais se assemelhou conceitualmente com a criada no Amazonas foi a da Itália, onde as crianças estudavam passeando nos jardins e praças.

Quanto às condições climáticas e às construções que agregaram a *escola ao ar livre*, no bairro do Mocó, não se fez menção às técnicas de helioterapia ou as exposições das crianças ao sol.

No Amazonas os raios solares, ao invés de ser um bem à saúde, representavam perigos às condições salutares das crianças e já tinham sido objeto de tensões de forças de professores e pais contra a Diretoria de Instrução Pública, por causa da reforma do ensino de 1904[[11]](#footnote-11), que alterou o horário de permanência das crianças do ensino primário nas escolas públicas e a distribuição de trabalho do professor.

A comissão de reforma da instrução pública de 1904, indicada pelo diretor de Instrução Pública, dr. Jorge de Moraes e nomeada pelo governador Antonio Constantino Nery, formada pelo dr. Placido Serrano, Antonio Monteiro, Salvador de Oliveira e Agnello Bittencourt, assim justificou a mudança no horário das escolas para as crianças:

Attendendo á edade ainda tenra das creanças que estudam o 1º gráo, os trabalhos escolares começarão ás 7 1/2 da manhã e deverão terminar ás 11. Roubando assim essas infantis organizações ao accumulo de trabalho e á acção mais intensa do sol amazonense, procurou a commissão obedecer aos preceitos de hygiene, de accôrdo com as condições mesologicas de nossa capital. (AMAZONAS – Relatorio do Director de Instrucção Publica, 1904, p.12-13).

No entanto, a mudança de horário foi verificada no Relatório de Instrução Pública, do diretor geral interino, Antonio Monteiro de Souza, de 31 de maio de 1905, que tentou justificá-la com a alteração do horário e a distribuição de turmas aos professores: há indícios de que se tratou de uma tentativa de mudança na cultura escolar e social.

As modificações trouxeram reclamações de mestres e pais, pois a reforma do ensino desobedecia aos princípios higiênicos, ao expor as crianças ao sol, fazendo-as adoecer. Depois de acirradas discussões em 1904, expostas no Relatório de Instrução Pública do Amazonas de 1905, o Regulamento Geral da Instrução Pública do Amazonas de 1914 estipulou um horário diferenciado para o 1º grau do ensino primário (das 8:00h às 11:00h); e em 1918[[12]](#footnote-12), os horários para o turno matutino foram uniformizados das 7:00h às 11:30h. Assim, as crianças que frequentavam a *escola ao ar livre*, por princípio, iriam à escola das 7:00h às 11:30h, não recebendo uma carga excessiva dos raios solares equatoriais.

A *escola ao ar livre* em Manaus foi representante da pluralidade de experiências de instituições criadas no Brasil, imersa às contradições do bairro do Mocó e diferente da característica extraescolar, como foram o Sanatório marítimo do Norte, em Portugal (1916), o Preventório Imaculada Conceição, em Bragança Paulista (1913), os Parques Infantis em São Paulo (1935) e o Asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo (1896-1950). (KUHLMANN Jr., 2011).

**CONCLUSÃO**

No Amazonas, *a escola ao ar livre* foi criada pelo Estado e depois, ao que se parece, foi integrada à estrutura de ensino dos cursos preliminares, anexados aos grupos escolares da capital. Isso se torna uma possibilidade, pois no ordenamento jurídico de ensino do Amazonas não houve qualquer referência explícita que estabelecesse a *escola ao ar livre* como um gênero, como foi especificado pelo governador Pedro Alcantara Bacellar, na Mensagem de 1919. Ainda nas Mensagens posteriores do Amazonas até 1930 e no Relatório do interventor federal de 1935 e nas Exposições dos interventores federais amazonenses de 1931, 1940 a 1944, não se encontrou qualquer que fosse a referência da *escola ao ar livre*.

**REFERÊNCIAS**

AMAZONAS. *Mensagem*. 1898 - 1920.

\_\_\_\_\_. *Regulamento Geral da Instrução Pública,* 1914. Dec. 1050 de 28/

01/1914

\_\_\_\_\_. *Regulamento Geral da Instrução Pública,* 1918.

\_\_\_\_\_. *Regulamento Geral da Instrução Pública*,1926

\_\_\_\_\_. *Relatorio do Director de Instrucção Publica*, 1904

\_\_\_\_\_. *Relatorio de Instrucção Publica 1926-1929*, 1929.

\_\_\_\_\_. *Relatorio do interventor federal do Amazonas*, 1935.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. *Arquitetura dos edifícios da escola pública no Brasil (1870-1930)*: construindo espaços para a educação. *Tese de Doutorado*. Campo Grande, MS. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2010.

MANAUS. Lei Municipal nº 218, de 30/05/1901.

MELLO, Balthazar Vieira de. *Escolas ao Ar Livre e Colonias de Ferias para debeis. Escolas especiaes para tardos* (Annormaes intellectuaes). Trabalho apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior. São Paulo: Casa Espindola, 1917.

DALBEN, André. Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945). 2009. *Dissertação de Mestrado em Educação Física*. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto*: Manaus – 1890-1920. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

DUARTE, Durango Martins. *Manaus entre o passado e o presente*. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

FALM. *Projeto cultura na escola*. Itacoatiara: história, cultura e crendices. Itacoatiara: Fundação André e Lucia Maggi, 2017.

FERREIRA, Clemente. As escolas ao ar livre na luta contra a tuberculose infantil. In: *Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Boletim 7*, 1, Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1925. (Theses officiaes, memorias e conclusões).

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KUHLMANN Jr., Moysés. *As grandes festas didáticas*: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Edusf, 2001.

\_\_\_\_\_. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN Jr., M., FREITAS, M. C. de (Orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Relações sociais, intelectuais e educação da infância na história. In: SOUZA, Gizele de (Org). *Educar na infância*: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Infancia, socieda y educación em La historia. In: COSSE, Isabella et al (Orgs.). *Infancias: políticas y saberes em Argentina y Brasil*: siglos XIX y XX. Buenos Aires: Teseo, 2011.

KUHLMANN Jr., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *A infância e sua educação*: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador*: infância, adolescência, mocidade. 2 ed. Brasília: INEP/MEC, 2004. (Vol.1).

LIBERA, Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Fábio Luz. FARJ,n.140, ano 18, jul./set. 2008.

LEÃO, Velloso. *Euclides da Cunha na Amazônia*: Ensaio. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

MENDONÇA, Roberto. Centenário da Vila Municipal. *Série Memória*. 2001-2004. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2012.

1. O bairro do Mocó e a sua correlação com atuais bairros de Manaus só foi possível devido a um rastreamento por meio dos nomes das praças citadas na Mensagem de 1919, mais o auxílio de Duarte (2009), combinado com as imagens via Google Maps. [↑](#footnote-ref-1)
2. Em 1901, o Amazonas tinha como governador Silverio José Nery. Em 1911, o governador era o Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. O governo de Pedro Alcantara Bacellas foi de 01/01/1917 a 01/01/1921. As Mensagens produzidas em sua administração datam de: 10/07/1917; 10/07/1918; 10/07/1919; e 10/07/1920. [↑](#footnote-ref-2)
3. Roberto Mendonça indicou que o bairro do Mocó tornou-se elitizado nas décadas de 1970-80 denominado de Adrianópolis. (2001-2004). [↑](#footnote-ref-3)
4. Até hoje o que foi o bairro do Mocó tem as contradições de sua implantação, abrigando parte da elite e dos pobres de Manaus. [↑](#footnote-ref-4)
5. Atual Praça Nossa Senhora de Nazaré. (DUARTE, 2009). [↑](#footnote-ref-5)
6. Artigos 17, 124, 164 do Regulamento de 1918; sendo que o art. 164 teve a mesma redação do art. 163 do Regulamento de 1926. [↑](#footnote-ref-6)
7. Fábio Lopes dos Santos Luz nasceu em 1864, cursou medicina e foi durante a sua trajetória profissional e política: médico, higienista, inspetor escolar do 9º distrito do Rio de Janeiro, pedagogo, intelectual das letras, romancista, professor, dramaturgo, jornalista, crítico literário e anarquista. (LEMME, 2004; LIBERA, 2008). [↑](#footnote-ref-7)
8. Junto ocorreram a Conferência Interestadual do Ensino Primário, o Congresso Jurídico, o 1º Congresso Eucarístico Nacional, o 2º Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social e o Congresso Nacional dos Práticos. (KUHLMANN Jr., FERNANDES, 2004). [↑](#footnote-ref-8)
9. A costa do Amatary foi colônia agrícola desde o final do século XIX onde abrigou os retirantes nordestinos, depois foi transformada em vila e, hoje, Amatari é um distrito a oeste pertencente ao município de Itacoatiara (FALM, 2017). [↑](#footnote-ref-9)
10. Balthazar Vieira de Mello (1917) classificou três tipos de escolas ao ar livre: “1. *Typo allemão*, em florestas, com abrigo e coloriferos, onde as creanças entram pela manhan e sahem á tarde (externato); 2. *Typo francez*, em predios adaptados á permanencia dos escolares durante semanas ou mezes, com parques e bosques para recreios e aulas ao ar livre (internato); 3. *Typo italiano*, em jardins, terraços e galpões, onde as creanças fazem a sua aprendizagem passeando (peripatetico)”. (p.5). [↑](#footnote-ref-10)
11. Regulamento da Instrução Pública do Amazonas de 1904. [↑](#footnote-ref-11)
12. Regulamento da Instrução Pública do Amazonas, 1918. [↑](#footnote-ref-12)